

## **ATA 02/09-CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

2Tendo por local o auditório da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, na Av, João Pessoa, 325,  
 3realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal da Saúde de Porto Alegre onde, manifestando-se a  
 4Coordenadora MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA que no uso das atribuições da Lei 8080/90  
 5de 19 de setembro de 1990, pela Lei 8142/90 de dezembro de 1990, pela Lei 277/92 de 20 de maio de  
 61992, e pelo nosso Regimento Interno, aprovado em julho de 2008, declara aberta a sessão plenária de  
 7hoje, 22 de janeiro de 2009, as 18:35 horas, que tem como proposta de pauta o seguinte: 1)Apreciação e  
 8Votação da Ata 29/08, 2)Faltas Justificadas, 3)Pareceres da SETEC, 01/09, 02/09, 03/09, 04/09, 05/09 e  
 906/09, 4)Informes e 5 Pauta Principal; a)Plano Municipal de Saúde e b)Relatórios de Gestão  
 102007/2008.Estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: **1)ABDON MEDEIROS FILHO,**  
**112)JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS, 3)JULIO TADEU DIAS VIDAL, 4)REJANE HAIDRICH,**  
**125)FLÁVIO BECCO, 6)JOÃO BATISTA FERREIRA, 7)MARIA LETICIA DE OLIVEIRA**  
**13)GARCIA, 8)IONE TEREZINHA NICHELLE, 9)PAULO GOULART DOS SANTOS, 10)ELIANE**  
**14)DE MIRANDA PAIM, 11)ZILDA DE MORAES MARTINS, 12)MARIA IVONE DILL, 13)MARIA**  
**15)ENCARNACION MORALES ORTEGA, 14)OLIR CITOLIN, 15)ELEN MARIA BORBA,**  
**16)16)JONAS UBIRATAN FIAD MENDONÇA, 17)HUMBERTO JOSÉ SCORZA, 18)JOSE**  
**17)CARLOS SILVEIRA VIEIRA, 19)CARLOS PINHEIRO, 20)GILMAR CAMPOS, 21)LINDSEY**  
**18)MARILYN DA SILVA LARSON, 22)CLAUDIA CARVALHO GUIDI, 23)SANDRA MELLO**  
**19)PERIN, 24)DÉBORA RAYMUNDO MELECCHI, 25)VERA TEREZINHA RAMOS LEONARDI,**  
**20)26)NEIO LUCIO FRAGA PEREIRA, 27)ANA CLAUDIA DE PAULA, 28)MARIA RITA DE**  
**21)LE MOS, 29)PAULA GUNTZEL, 30)KAREM RAMOS CAMARGO, 31)MARIA REJANE**  
**22)SEIBEL, 32)JAIRO FRANCISCO TESSARI, 33)ROGER DOS SANTOS ROSA, 34)JAMES**  
**23)MARTINS DA ROSA, 35)MARCIA NUNES.** Os conselheiros suplentes presentes eram: 1)OSCAR  
 24)PANIZ, 2)CLAUDIO B CHAVES. Justificaram a sua não presença: Gilmar França, Rogério Ramos,  
 25)Rosangela Lima, Masurquete de Azevedo Coimbra, Laudenir Machado de Figueiredo. Prosseguindo,  
 26)encaminha a Coordenadora a apreciação da ata 29/08, que questionado o plenário, do mesmo não houve  
 27)nenhuma proposta de alteração a ser feita, sendo a mesma é encaminhada para votação e aprovada por  
 28)19 votos favoráveis, nenhum contrário e 4 abstenções. Prosseguindo, é solicitado que a Conselheira e  
 29)Coordenadora da SETEC, ELEN BORBA, faça a apresentação dos Pareceres. Inicia com **PARECER**  
**30)03/09 – HOSPITAL ESPÍRITA DE PORTO ALEGRE. Prestação de Contas do Plano de Aplicação**  
**31)da 15ª Etapa do Programa A Nota Solidária, valor de R\$ 15.972,54 – Recursos do Governo do Estado**  
**32)do RS.** Encaminhado para votação, é aprovado por 25 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção.  
**33)PARECER 04/09 – HOSPITAL ESPIRITA DE PORTO ALEGRE. Plano de Aplicação da 16ª Etapa**  
**34)do Programa A Nota Solidária, valor de R\$ 22.729,46. Recursos do Governo do Estado RS.**  
 35)Encaminhado para votação, o mesmo é aprovado por 25 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção.  
**36)PARECER 05/09 – HOSPITAL ESPÍRITA DE PORTO ALEGRE. Plano de Aplicação da 17ª do**  
**37)Programa A Nota Solidária, valor de R\$ 15.161,74. Recursos do Governo do Estado do RS.**  
 38)Encaminhado para votação, é aprovado por 27 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.  
**39)PARECER 06/09 – PACTO – Programa de Auxílio Comunitário ao Toxicômano. Plano de**  
**40)Aplicação da 15ª Etapa do Programa A Nota Solidária. Valor de R\$ 10.206,01. Recursos do Governo**  
**41)do Estado do RS.** Encaminhado para votação é aprovado por 27 votos favoráveis, nenhum contrário e  
 42)nenhuma abstenção. **PARECER 001/09 – HOSPITAL PARQUE BELEM – Emenda Parlamentar**  
**43)Deputado federal Germano Bonow. Valor de R\$ 100.000,00. Recursos originados do Fundo Nacional**  
**44)de Saúde.** A conselheira MARIA REJANE SEIBEL, manifesta-se e em nome do Sindicato dos  
 45)Enfermeiros, declara seu voto contrário ao Parecer, justificando que sua Entidade já se declarou contrária  
 46)esta prática eleitoreira das emendas parlamentares, ressaltando também que nada há em desabono em  
 47)relação ao Hospital Parque Belém. Encaminha então a votação a Coordenadora MARIA LETICIA, sendo  
 48)aprovado o parecer, com 23 votos favoráveis, 4 contrários e nenhuma abstenção. É apresentado o  
**49)PARECER 02/09 – HOSPITAL PARQUE BELEM – Emenda |Parlamentar do Deputado federal**

**50Ônix Lorenzoni, no valor de R\$ 500.000,00. Recursos originados do Fundo Nacional de Saúde.** A  
51Conselheira MARIA REJANE SEIBEL, do Sindicato dos Enfermeiros manifesta-se solicitando se há  
52alguém representando a Câmara Técnica do Hospital Parque Belém e para o qual é perguntado se a  
53mesma acompanha a execução deste tipo de emenda. Responde o Senhor IVO FORTES, representante da  
54Câmara Técnica do Parque Belém, que dirigindo-se a Conselheira MARIA REJANE lembra que de há  
55muito tem passado neste Conselho Emendas Parlamentares, para diversas Entidades e não lembra de ter  
56ouvido manifestações do Sindicato dos Enfermeiros àquela época. Diz que acompanha a muitos anos o  
57Hospital Parque Belém, que está plenamente consciente das dificuldades do mesmo e que a Câmara  
58Técnica tem tido muito zelo e cuidado quando aprova recursos para o Hospital. Estamos a disposição para  
59acompanhar as pessoas para conhecerem o funcionamento do Hospital. Fala a Conselheira MARIA  
60REJANE reafirmando e lembrando que e as verbas para a saúde devem ter uma origem única. É uma  
61questão de transparência. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, encaminhando para votação o  
62**Parecer 02/09**, sendo o mesmo aprovado por 24 votos favoráveis, 3 contrários e uma abstenção.  
63Manifesta-se o conselheiro e Vice Coordenador do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre,  
64OSCAR PANIZ, lembrando a todos que sobre esta questão das Emendas Parlamentares, o Conselho têm-  
65se manifestado. Já no primeiro dia de 2005, por exemplo, procuramos o Escritório de um Deputado  
66Federal, para tratarmos do assunto e até hoje estamos aguardando retorno. Isto faz parte de Lei e portanto  
67somente os deputados podem alterá-la. No ano passado, foi feito registro neste plenário, de que em  
68encontro com o Senador PAULO PAIM, no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, demonstramos  
69ao mesmo nossa preocupação sobre esta questão das Emendas e no caso do Senador, o mesmo se  
70comprometeu como o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, de que quando houver verbas de  
71Emendas suas para Porto Alegre, elas serão remetidas ao Conselho Municipal de Saúde, para que este  
72delibere sobre onde aplicar os recursos. A Coordenadora abre o espaço para informes. Inicia com o  
73Conselheiro OSCAR que diz a todos que o Plano de Ações e Metas da AIDS para 2009 não chegou  
74ainda na Comissão de DST-AIDS. Ontem a Senhora MIRIAM WEBER, Coordenadora de DST-AIDS,  
75nos entregou uma cópia de proposta de PAM, que também foi repassada às Gerencias, para que as  
76mesmas façam suas contribuições e propostas. Posteriormente será encaminhado para a Comissão de  
77DST-AIDS do Conselho para análise e vindo então para a Plenária. Pretendemos que isto aconteça até o  
78fim de fevereiro. Fala a seguir a Coordenadora MARIA LETICIA, que referindo-se ao nosso Regimento  
79Interno, lembra aos Conselheiros da importância dos mesmos contribuírem com sua participação nas  
80diversas Comissões de acompanhamento do Conselho Municipal de Saúde. Conforme o próprio  
81Regimento é possível que nestas Comissões quem não é conselheiro participe, mas a prioridade é para  
82Conselheiros. Tem uma Comissão, que na verdade é uma Assessoria de Planejamento, que até o momento  
83não existe de fato. Somente está no Regimento. Sua constituição mínima e de 6 pessoas, sendo que 2/3  
84devem ser indicados por Entidades ou Conselhos Distritais de Saúde, que compõe o Conselho Municipal  
85de Saúde, podendo as demais serem indicadas por entidades ou órgãos que tenham atuação na área da  
86saúde. Temos uma idéia inicial, para iniciar o funcionamento desta assessoria, de convidar os ex-  
87coordenadores do Conselho Municipal de Saúde, o HUMBERTO, o NEI CARVALHO, a ZILDA DE  
88MORAES MARTINS a minha pessoa, para dar o ponta pé inicial. Está lançada a proposta. Seguindo  
89fala o Conselheiro DEOCLIDES DE ALMEIDA, que manifesta-se sobre a troca de governo nos Estados  
90Unidos, onde deveremos estar atentos, pois temos uma questão que é a influencia dos americanos no  
91nosso país. Eles estão muito interessados em nossas ervas medicinais e existem no mínimo dois  
92laboratórios no Brasil, americanos, que estão envolvidos nesta questão e que envolve a Lei de Patentes.  
93Manifesta-se a seguir o Vereador CARLOS TODESCHINI, que vem ao Conselho informar que foi eleito  
94para presidente da COSMAM (Comissão de Saúde e Meio Ambiente) da Câmara Municipal de Porto  
95Alegre. Lembro a todos que fui um vereador que se fez presente em diversas oportunidades, na  
96legislatura passada, neste conselho. Quero dizer que vou estar presente em todas as reuniões deste  
97Conselho. Serei parceiro do Conselho. Desenvolveremos um trabalho de modo a qualificar a relação.  
98Tanto com o Conselho, bem como o Governo Municipal, que tem se mostrado muito distante da Câmara  
99de Vereadores. Então, faremos um esforço para mudar a qualidade desta relação. Acompanha-me o

100PAULO, que será o nosso assessor para a Comissão. Tem experiência parlamentar. E agora quero me  
101manifestar como cidadão, e fazendo um apelo ao JAMES, representante do Gestor. Sou diabético, há 7  
102anos. Utilizo diversos medicamentos. Dois deles apenas utilizo do SUS. Hoje pela manhã fui buscar  
103insulina, por exemplo, e me foi negado, pois não uso o clínico geral do SUS, pois tenho convênio com o  
104Instituto de Previdência do Estado. Penso que isto alivia o Sistema Único de Saúde. No entanto, serei  
105obrigado pela Instrução Normativa 04/07 a ir, na madrugada, conseguir uma ficha, para retornar depois  
106onde o médico irá apenas transcrever o que o seu colega receitou. Faço um apelo para que a Secretaria  
107revogue esta Normativa, pois a mesma é burra e atrasada, caso contrário terei de procurar a justiça e fazer  
108valer outras coisas. Obrigado. Fala a seguir a Conselheira PAULA GUNTZEL, do Conselho Regional de  
109Psicologia. Solicito ao representante do gestor informações sobre a questão da municipalização do  
110Murialdo pois na Plenária de dezembro ficou como encaminhamento que nos entregassem um documento  
111até o dia 31 daquele mês, propondo um Plano Emergencial para Janeiro e Fevereiro. Estamos no fim de  
112janeiro e estamos tendo dificuldades na UBS. Outra questão é sobre as Residências. Houve um  
113encaminhamento que haveria participação nos trabalhos de um representante dos funcionários do  
114Murialdo, tendo em vista que agora em Março entra uma nova turma de Residentes. Gostaríamos de saber  
115como está isto? Fala a Coordenadora MARIA LETICIA, que sobre o Murialdo diz ter o Conselho  
116recebido na sexta feira passada, 16 de janeiro, uma informação/convite, de que na segunda feira, 19 de  
117janeiro de 2009, as 10 horas da manhã, haveria a assinatura do Termo de Municipalização do Murialdo. Eu  
118não estava em Porto Alegre e na conversa que tive com o OSCAR, pelo telefone, combinamos que não  
119participaríamos, pois nada do que havia se acordado fora minimamente cumprido. Na mesma sexta feita  
120a Televisão Educativa fez contato com o Conselho Municipal de Saúde, para fazer uma matéria na segunda  
121feira, no Paço Municipal, as 9 horas da manhã, sobre este assunto. Fomos então na segunda feira,  
122concedemos a entrevista e relatei os motivos que já citei e que todos vocês conhecem. Lá estavam as  
123conselheiras do Partenon. A ELIANE, a MARIA, a LEILA, a MARIZETE, que lá estavam com a mesma  
124indignação do Conselho para quem havia dito que não participaríamos do ato de assinatura. Conversamos  
125e elas nos convenceram que deveríamos participar do ato. No momento de nossa fala, fizemos uma  
126retrospectiva de todos os movimentos feitos pela comunidade do Partenon, pelos servidores do Murialdo e  
127pelo Conselho Municipal de Saúde. Disse também da importância da Municipalização do Murialdo para  
128a cidade de Porto Alegre, mas que infelizmente a nossa felicidade não estava completa pois não havia sido  
129respeitada uma decisão do Conselho Municipal de Saúde e pelo fato de nós não termos conhecimento dos  
130Termos do documento. Pela minha avaliação, quando o Prefeito se manifestou, em sua fala, demonstrou  
131até uma certa irritação com o Conselho. De qualquer forma o Controle Social estava ali, registrando seus  
132atos e o que lhe compete. Na reunião do Núcleo, registramos isto, para o JAMES, representante do Gestor.  
133Combinamos uma série de ações para tentar, mais uma vez, aproximar as relações do Conselho com o  
134Gestor Público Municipal. Entre as propostas a de que o Secretário Municipal de Saúde se faça presente  
135na reunião do Núcleo de Coordenação deste Conselho Manifesta-se o Senhor JAMES DA ROSA  
136MARTINS, que inicialmente cumprimenta o vereador CARLOS TODESCHINI, afirmando que  
137certamente estaremos presentes quando convidados pela COSMAM. Relativamente ao Murialdo, após  
138várias negociações, chegamos a um denominador comum. Passaram-se 10 anos. Falei hoje com o Dr.  
139MARINON PORTO, que foi o responsável por esta tarefa. Disse-nos que o Termo foi assinado e o Estado  
140levou toda a documentação para ser publicada no diário Oficial do Estado. Não ficamos com o original,  
141mas já tem a orientação para que seja encaminhado ao Conselho o documento assinado. Temos cópia, mas  
142sem assinatura. Há um cronograma de trabalho estabelecido que o município deverá ir assumindo  
143gradativamente. Este cronograma disse o Dr. MARINON que não está concluído. Assim que o estiver,  
144encaminharemos ao Conselho. Manifesta-se a seguir a Coordenadora do Distrital Partenon, ELIANE  
145PAIM, dizendo que o Dr. MARINON conversou com ela, solicitando que em cada uma das Unidades  
146quer for “mexido” se dê um prazo de 60 dias para estar tudo OK. Iremos dar este prazo, de passo a passo.  
147Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, dando retorno a um dos pontos de encaminhamento da  
148Plenária passada, que foi o Hospital de Pronto Socorro, para que o mesmo, através de sua Direção, viesse  
149ao Conselho, para dar um relato da situação geral do Hospital, colocando todas as suas necessidades.

150Então, ontem eu e o OSCAR estivemos visitando o Diretor do HPS, Dr. PAULO AZAMBUJA, fazendo o  
151convite e sugerindo algumas datas. Ficou agendado para 19 de março de 2009. Fala a seguir o Conselheiro  
152CARLOS PINHEIRO, da Lomba do Pinheiro referindo-se a uma reportagem de jornal que invoca um  
153menino, morador da Lomba, que tem problemas sérios de locomoção, nas pernas. Sua mãe, aqui presente,  
154já cansou de procurar para que façam o tratamento para esta criança. Esteve diversas vezes aqui na  
155Secretaria da saúde e todas estas vezes lhe foi negado encaminhamentos. Temos o Estatuto da Criança e  
156do Adolescente, onde lá está escrito e garantido o atendimento de saúde para qualquer criança. Este  
157menino tem oito anos de Idade, com problemas nas pernas e que já estão afetando o quadril. Está desde  
1582004 tentando alguma coisa e nada consegue. Nesta reportagem infelizmente não diz o nome de quem lhe  
159negou uma cirurgia, quando nasceu. Trazemos à este fórum a nossa preocupação e em respeito a ele não  
160entramos no Ministério Público, mas o faremos a partir de hoje. Pergunto, não para vocês, mas teria que  
161ser para o Prefeito, para o Secretário. Se fosse um familiar dele, estaria nesta condição? Manifesta-se a  
162seguir o Senhor PEDRO RIBEIRO, coordenador do Conselho Glória/Cruzeiro/Cristal, registrando que na  
163última plenária daquele Distrital, na terça feira, estava pautado o caso do Centro de Atenção da  
164FADERGS, já discutido aqui, a partir da intenção deles de transferir o serviço para outro local. Até hoje  
165não tivemos retorno. Nosso Conselho Distrital, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde estará  
166encaminhando o assunto às instancia legais competentes. Fala a seguir o Conselheiro GILMAR, da Lomba  
167do Pinheiro, que lembra que através do processo do Orçamento Participativo a comunidade da Lomba do  
168Pinheiro “ganhou” 70 mil reais, para reformas no Posto da Panorama. De 2005 para 2006, mais 70 mil,  
169para a mesma utilização. Até agora não vimos este dinheiro. Então para que o Orçamento Participativo, se  
170não podemos dar andamento ao que é conquistado? Nossa região, e especialmente, na área da US  
171Panorama, estão surgindo inúmeros conjuntos habitacionais e toda esta população será encaminhada para  
172o Panorama. Queremos saber também sobre o PSF Lomba do Pinheiro e o PSF Santa Helena, que o  
173representante da Secretaria, Senhor MARCO BERNARDES, comentou na Plenária passada de que já  
174teria vindo o dinheiro para a construção destas duas Unidades de Saúde. Fala a seguir o conselheiro  
175PAULO GOULART da região Noroeste, dizendo que para não perder o hábito, volta a cobrar sobre o  
176Convênio do GHC X Prefeitura Municipal de Porto Alegre em relação a Saúde Comunitária, pois na  
177reunião passada o Senhor MARCO BERNARDES, da Assessoria Jurídica, disse que desconhecia este  
178assunto e que ficou de na plenária de hoje trazer a resposta. Pelo que estou vendo ele não esta presente e  
179o Senhor não trouxe a resposta de como está este assunto. Vamos continuar a ser enrolados. Manifesta-se  
180a seguir o senhor JAMES MARTINS, que representando o Gestor inicia respondendo ao Senhor  
181GILMAR, da Lomba. Sobre o Orçamento Participativo, para este ano conseguimos fazer um levantamento  
182das demandas do OP. Surpreendentemente temos demandas de 1998., que serão cumpridas neste ano de  
1832009. O Orçamento da Secretaria da Saúde tem duas fontes. O Fundo Municipal de Saúde recebe dinheiro  
184carimbado do Ministério da Saúde, e o dinheiro da Prefeitura que atualmente representa 19%, na sua  
185maior parte, em torno de 80%, vai para o pagamento da folha de pagamento. Então acontecem as  
186demandas e não há dinheiro. Não é o caso de ter a demanda e não ter o dinheiro para fazer. É porque o  
187orçamento não comporta todas as demandas. Com relação as Unidades da Lomba, está dentro do processo  
188do QUALISUS, que não está concluído ainda. A coordenadora MARIA LETICIA, em aparte, lembra ao  
189Senhor JAMES que já foram depositas parcelas para a construção destas Unidades de Saúde. Elas de  
190alguma forma terão de ser gastas, para que haja a prestação de contas e sejam enviadas outras parcelas.  
191Seguindo fala a conselheira SANDRA PERIN, que lembra a todos que na semana que vem estará  
192acontecendo o Fórum Social Mundial em Belem, capital do estado do Pará. Juntamente com ele ocorre o  
193Fórum Social Mundial da Saúde. Certamente a saúde de Porto Alegre será tema de debates, por diversos  
194fatos acontecidos e pretendemos nos envolver nestes debates. Manifesta-se a seguir a Senhora NEUSA  
195HEIZELMANN, dizendo que ao mesmo tempo que dará o informe estará fazendo um agradecimento pois  
196o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre indicou-me para receber um Prêmio na Semana de Oito  
197de Março que é o troféu Mulher Cidadã. Recebi esta semana a confirmação deste prêmio. Agradeço então  
198a indicação. Não temos a data ainda, mas assim que for possível comunicaremos. Quero lembrar também  
199que concorreremos ao Prêmio Sérgio Aroca que teve a conquista pela HELOISA ALENCAR, que ficou

200entre os cinco primeiros colocados. A Jornalista TÉLIA NEGRÃO e eu, também concorremos com um  
201trabalho que tinha a ver com uma situação que foi muito debatida e provocada por este Conselho, que foi  
202o caso dos Implantes Hormonais. Estamos entre os quinze trabalhos selecionados. Não sabemos em que  
203lugar ficaremos, mas de qualquer maneira receberemos uma Menção Honrosa. Manifesta-se a seguir o  
204Senhor IVO FORTES. Que encaminha sugestão para reconhecer junto ao Conselho Nacional de Saúde  
205sobre a publicação de manifestação daquele plenário sobre os 20 anos do SUS (material em anexo e  
206arquivado à esta Ata). Outro assunto é sobre os “acorrentados”, publicação que saiu no jornal Correio do  
207Povo de hoje. É um assunto que continua desafiando a competência e a responsabilidade do Poder  
208Público. Fala a seguir o Conselheiro JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS, que refere-se a declaração feita na  
209plenária passada pelo senhor CELSO DA ROSA, usuário da US Batista Flores, que disse que nós do  
210Conselho Distrital não comunicamos sobre as reuniões, local e data. Isto não é verdade. A própria  
211coordenação deste Conselho sabe que seguidamente estamos aqui solicitando cópias de convites para que  
212a comunidade participe das reuniões. Outra coisa é de que há uma promessa do Prefeito de construir uma  
213Unidade de Saúde na Wenceslau Fontoura, sem nenhuma discussão com a comunidade do Conselho  
214Distrital. Gostaria de saber sobre isso do representante do Gestor. E para a LETICIA, gostaria de saber  
215quando iremos receber a visita do Núcleo de Coordenação para apresentarmos as nossas necessidades.  
216Também gostaria de uma resposta sobre o Terceiro Turno na Unidade Chácara da Fumaça, pois  
217entregamos documento ao Dr. NICOLAU e até hoje não obtivemos resposta. Manifesta-se a seguir a  
218Senhora CLARITA. Faço parte da Unidade Básica do Morro Santana. Estou aqui para denunciar que o  
219presidente da Associação da Vila Estrutural está distribuindo medicamentos controlados na comunidade,  
220sem critério nenhum. Sobre o mesmo assunto fala a Enfermeira MARIA REJANE, confirmando que  
221receberam as denúncias. Foi aberto um processo junto a Prefeitura e a Gerente, Dra. ELIANE também  
222tomou conhecimento. Manifesta-se sobre o assunto o Conselheiro OSCAR PANIZ, informando que o  
223Conselho também já recebeu este relato e que está sendo levado adiante, sendo inclusive tomados os  
224cuidados necessários para preservar as pessoas. E respondendo ao Senhor JOSÉ ANTONIO o OSCAR  
225diz que deverão, para breve, entrar em contato com os Conselhos Distritais, marcando as data para que o  
226Núcleo de Coordenação visitá-los. Fala a seguir a Conselheira DEBORA MELECCHI. Quero agradecer  
227a presença da LETICIA e do OSCAR em nossa posse, como Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos,  
228gestão 2009-2011, dia 19 de janeiro passado. Fala a seguir o Conselheiro JOSE CARLOS VIEIRA,  
229registrando a sua indignação, pois ficou sabendo de um caso em que o paciente está aguardando 5 anos  
230por uma cirurgia de ortopedista. Já encaminhamos solicitação de esclarecimento para a Secretaria da  
231Saúde e até agora não chegou nenhuma resposta. Manifesta-se a seguir o Conselheiro da Lomba do  
232Pinheiro, CLÁUDIO, que também se refere ao valor de 140 mil reais destinados pelo Orçamento  
233Participativo, para a reforma da US Panorama. E penso que se ainda temos demandas na saúde de 1998  
234para serem atendidas é melhor não demandar nada para o ano que vem. Retoma a Coordenadora MARIA  
235LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, encaminhando as discussões sobre a Pauta de hoje. A primeira é  
236sobre o Plano Municipal de Saúde que todos devem lembrar que no ano passado e retrasado houve uma  
237tentativa de levarmos este assunto adiante. O Plano Municipal de Saúde é um instrumento de Gestão  
238determinante para a gente construir a saúde dentro do município. Durante o ano passado estabelecemos um  
239calendário de reuniões para discutir o Plano Municipal de Saúde e o gestor não compareceu para o  
240debate, especialmente nas últimas reuniões do calendário estabelecido. Isto nos levou a emitir uma  
241Resolução do Conselho, que entendia que aquele processo de discussão estava prejudicado e que somente  
242em 2009 retomariamos a discussão sobre o Plano, com a nova Gestão. Na reunião do Núcleo de  
243Coordenação de ontem, com a presença do JAMES, da Enfermeira SONIA e do MARCO MASSERATA,  
244estes dois últimos que fazem parte do grupo de construção do Plano, nos informaram que iremos receber  
245no dia 16 de março de 2009 a **Proposta** de versão final do Plano Municipal de Saúde, o que não impede  
246sobre a discussão feita até aqui. A partir deste recebimento, marcaremos um Seminário para discutir,  
247avaliar e propor as diretrizes, conforme legislação, para o Plano Municipal de Saúde de Porto Alegre.  
248Manifesta-se o conselheiro NEIO LUCIO, lembrando que isto já foi proposta definida na 8ª Conferência  
249Nacional de Saúde, onde é precípuo o papel do Conselho de Saúde em determinar o Plano Municipal de

250Saúde. Temos que fazer um debate político. Houve muita coisa boa na campanha eleitoral que passou.  
251Surgiram muitas idéias interessantes. O Gestor tem de aproveitar isso. Tem muita gente que quer  
252colaborar. O Sindicato Médico quer colaborar. Quer ser ouvido. Temos de fazer um grande seminário, com  
253a participação da população. Seguindo manifesta-se a Coordenadora MARIA LETICIA, lembrando que o  
254Plano Municipal de Saúde é tarefa, atribuição do Gestor. O Conselho Municipal de Saúde propõe  
255diretrizes, a gestão, a atribuição é do Gestor. Temos o dever e o compromisso de participar, de propor.  
256Fala o Senhor JAMES DA ROSA MARTINS lembrando que após a criação do Pacto pela Saúde, criou-se  
257dentro do Ministério da Saúde o Departamento do Planejamento. Iniciou-se timidamente este processo, que  
258após evoluiu bastante e está nos brindando com ferramentas, publicações, portarias, que estão  
259enriquecendo o nosso processo. Manifesta-se o conselheiro HUMBERTO SCORZA, que inicialmente  
260cumprimenta o Vereador CARLOS TODESCHINI, pela condução ao cargo de Presidente da COSMAM.  
261Acredita que possa haver uma união de esforços. Temos tido muitas dificuldades em divulgar o que o  
262controle social realiza. Nossa imprensa não nos dá espaço. Seria interessante que houvesse até um rodízio  
263de representantes da Câmara aqui dentro. Sobre o Murialdo, foi usado um termo onde foi dito que se  
264“chegou a um denominador comum” Denominador comum para quem? Se as partes principais não  
265participaram das discussões, Se o Conselho não foi ouvido. Se os trabalhadores não foram ouvidos. Se a  
266comunidade não foi ouvida. O Conselho Estadual não foi ouvido. Então já foi municipalizado,. Para quem?  
267Com que recurso? Será que o Murialdo voltará a ser a referência que era? E sobre o que o IVO FORTES  
268falou, sobre os acorrentados, não sei se tem coisa pior, mas tem muito gestor que tem as suas idéias, suas  
269cabeças acorrentadas. E quero me referir e ler uma parte deste texto do Conselho Nacional de Saúde,  
270distribuído hoje por vocês e emanado da 193ª reunião ordinária daquele CNS. “ **a proposta de**  
271**Democracia Participativa, tendo os Conselhos de saúde como partícipes estratégicos no processo,**  
272**também não atingiu seus objetivos que esperávamos e desejávamos. Em sua grande maioria, os**  
273**Conselhos de Saúde são controlados, manipulados, ou simplesmente desrespeitados pelos gestores,**  
274**quando não dissolvidos na sua menor contrariedade e têm sido muito mais instrumentos de**  
275**legitimação do poder constituído, sob os olhares ausentes, coniventes e complacentes do Ministério**  
276**Público e Poder Judiciário, salvo as exceções que sempre cabem a regra”.**Vamos começar a pensar e  
277continuar firme nesta luta. Manifesta-se o Senhor JAMES MARTINS, que dirigindo-se ao conselheiro  
278HUMBERTO SCORZA, diz que o que vou falar vale também para mim pois eu também participei destas  
279grandes comissões de municipalização do Murialdo. Em 2005, 2006. Infelizmente não conseguimos  
280chegar ao que chegamos agora. Nós assinamos um Termo de Municipalização. O Processo está em  
281andamento e acharia temerário dizer que isto não vai acontecer. Penso que daqui alguns meses vou aceitar  
282que o senhor assumo o microfone e diga o que nós não fizemos. Mas hoje é muito cedo para dizer que isto  
283não vai dar certo. Nós conseguimos, após todas as dificuldades, assinar um Termo de Municipalização,  
284após dez anos. Eu estou criticando algo que participei. Estas grandes comissões, onde os interesses eram  
285perfeitamente identificados e cada um puxava a corda para si. Digo então, neste momento, vamos  
286aguardar um pouco. Fala novamente a Coordenadora MARIA LETICIA, que, esclarecendo sobre o  
287Murialdo, diz que o Conselho Municipal de Saúde fez a sua manifestação, repudiando como foi feito, o  
288Ato da Municipalização, durante a própria assinatura do Ato, no Paço Municipal. Posteriormente, na  
289reunião do Núcleo de Coordenação, manifestamos nossa posição e o JAMES, presente, se comprometeu de  
290trazer o Termo para nós tomarmos conhecimento. Ao mesmo tempo fizemos contato com o Ministério  
291Público, com a Promotora MARINES ASSMANN, que está de férias, mas assim que ela retornar, na  
292semana que vem, retomaremos esta pauta do Murialdo. Fala a seguir a conselheira ANA PAULA, do  
293Conselho Regional de Nutrição, que referindo-se ao debate sobre o Plano Municipal de Saúde, fico na  
294dúvida, quando a LETICIA cita o Seminário, pois fui uma das que participei no ano passado, ficando  
295bastante frustrada, confesso, pois era um Plano bastante extenso. Nos programávamos, estudávamos antes,  
296trazíamos as dúvidas para discutir com o Gestor e quando chegávamos aqui o Gestor nunca estava  
297presente. Acabou ficando o Conselho falando consigo mesmo. É isto que pergunto. Neste Seminário  
298teremos realmente a participação do Gestor para nos dar respostas? O Plano que foi apresentado era muito  
299incompleto, muito repetitivo. Tínhamos dúvidas e ninguém esclarecia. Em nome da categoria que

300represento, solicito que o Gestor esteja presente. Fala o Senhor JAMES DA ROSA MARTINS,  
301representando o Gestor, que sobre o Plano apresentado no ano passado diz que temos que reconhecer que  
302algumas questões apresentadas não estavam preparadas para acontecer. Hoje, com todo este material  
303encaminhado pelo PLANEJASUS, para a Secretaria, e lembro quando cheguei aqui em 2005, perguntei  
304se havia Plano Municipal de Saúde e não havia. Nossos técnicos reconheceram ontem na reunião de  
305Núcleo que aprenderam muito com este processo e hoje estão em condições de poder elaborar o Plano,  
306com todo o conhecimento adquirido. Temos hoje 8 técnicos trabalhando no Plano Municipal de Saúde.  
307Fala a seguir o conselheiro JAIRO TESSARI, lembrando que terça feira houve a reunião da Comissão  
308que acompanha a Contratualização com os Hospitais e na oportunidade falando com a MARIA LETICIA  
309sobre o ato da Municipalização do Murialdo, esta me fez o relato de como foi e no dia seguinte, na  
310reunião da Mesa do Conselho Estadual de Saúde, tratamos do assunto, chegando a conclusão de que não  
311sabíamos o que havia acontecido e decidimos que esta pauta deverá entrar para a Plenária do dia 12 de  
312fevereiro próximo no Conselho Estadual de Saúde. Desde já deixo o convite para que vocês se façam  
313representar. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, entrando na Pauta seguinte que é sobre o  
314Relatório de Gestão, dizendo que de uma certa maneira tem tudo a ver com a questão do Plano  
315Municipal de Saúde. Faço a vocês um pequeno relato sobre esta questão de Relatório de Gestão. Sobre o  
316ano de 2006, um dos trimestres não houve aprovação do Relatório de Gestão do mesmo. Sobre o ano de  
3172007, nenhum trimestre foi aprovado e também o anual não foi aprovado. Aqui dentro da Secretaria da  
318Saúde foi um processo difícil de negociação. Procuramos o Ministério Público, para saber o que faríamos  
319diante de um Relatório não aprovado. Acordamos no Ministério Público, unto com o Gestor, que  
320faríamos a exposição dos motivos pelos quais o Relatório do trimestre de 2006 não foi aprovado. O Gestor,  
321no momento seguinte apresentaria as respostas aos questionamentos. Entregamos estes questionamentos e  
322até hoje não obtivemos respostas. Outro acordo feito no Ministério Público foi a realização de um  
323Seminário para discutir a importância dos Relatórios de Gestão, para o SUS. Isto foi feito, neste auditório.  
324Nada andou. Iniciou-se este ano e procuramos de imediato buscar uma solução para esta pendência.  
325Ontem, na reunião do Núcleo de Coordenação, o Senhor JAMES nos encaminhou uma Portaria de nº  
3263176 de 24 de dezembro de 2008, a qual trata do Relatório de Gestão Anual e no nosso entendimento a  
327mesma regula o fluxo dos Relatórios de Gestão Anual. No nosso entender a Portaria não se sobrepõe a  
328Lei, e a Lei determina que hajam Relatórios de Gestão Trimestrais, não somente os Financeiros,  
329apresentados em Audiência Pública aos Conselheiros e na Câmara de Vereadores. Como no momento não  
330chegamos a um acordo e como já havíamos feito contato com o Ministério da Saúde, com o Departamento  
331de Acompanhamento e Monitoramento. Já havíamos feito a consulta e não recebido retorno, mas hoje  
332pela manhã este retorno foi dado. Conversamos com o Senhor ANDRÉ BONIFÁCIO, Diretor deste  
333Departamento e o entendimento dele é o mesmo que temos no Conselho, ou seja, a Portaria estabelece um  
334fluxo, mas em momento nenhum ela revoga a Lei. Até porque um Relatório Anual é construído por  
335relatórios mensais. Uma observação importante que ele fez foi de que no Rio Grande do Sul, 95% dos  
336Municípios apresentam Relatórios Trimestrais. No país a porcentagem é de 55%. O estado do Rio Grande  
337do Sul faz o dever de casa. Referente ao ano de 2008 recebemos 3 trimestres do Relatório Financeiro.  
338Pensamos que não seria adequado que não apreciássemos, já que os Relatórios, mesmo somente os  
339Financeiros, foram enviados. Outra orientação que recebemos é de que o Conselho não pode se negar a  
340receber o Relatório Anual. Então é isto que coloco à vocês, não sei se está claro a nossa posição.  
341Acrescento também que nos ocorreu de encaminharmos correspondência ao CONASS e CONASEMS,  
342manifestando nossa posição, sobre Relatórios Trimestrais e Anual, já que a Portaria que o JAMES se  
343refere, não fala somente do Fluxo do Relatório de Gestão. Ela aborda o Pacto de Gestão, que foi assinado  
344pelo Estado do RS, mas nenhum município assinou ainda. Manifesta-se o Senhor JAMES DA ROSA  
345MARTINS dizendo ser importante termos claro que antes mesmo desta Portaria dos Cadernos do  
346PLANEJASUS, já estávamos trabalhando encima de outro Relatório, baseados na Pactuação, nas Metas,  
347com o OSCAR, com a LETICIA. Um Relatório para enxergarmos definitivamente a nossa realidade.  
348Agora, com esta nova Portaria e orientação do PLANEJASUS, o que está acontecendo? Nós conseguimos  
349linkar o Plano Municipal de Saúde a um documento de acordo com as orientações do Ministério da Saúde.

350Penso que para o controle Social e Gestor facilitou o processo e assim termos condições de construir um  
351documento que possamos criticar, modificar, melhorar muita coisa, dentro de nosso Sistema de Saúde.  
352Somente queria deixar claro que agora poderemos fazer um Relatório baseado na Pactuação das metas.  
353Manifesta-se o Senhor PEDRO RIBEIRO, que encaminha e entende que não devemos analisar um  
354Relatório anual onde somente foi apresentado o Relatório Financeiro. Manifesta-se a Conselheira ZILDA  
355DE MORAES MARTINS, dizendo que temos que chegar de uma vez por todas a um denominador  
356comum com o Gestor, sobre este tema do Relatório de Gestão. Sobre isto houveram muitas situações  
357como de ter de apresentar o Relatório de Gestão aqui e depois ir no outro dia na Câmara de Vereadores,  
358apresentar para duas ou três pessoas. O que vejo é que o Gestor entende que somente o Relatório  
359Financeiro é que tem de ser apreciado pelo Conselho. Talvez se supere isto em função do Plano  
360Municipal de Saúde. O Relatório Financeiro não pode estar desvinculado do Relatório de Atividades.  
361Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, reafirmando que tanto o Plano Municipal de Saúde como o  
362Relatório de Gestão são documentos fundamentais, tanto para a Gestão, pois não é possível fazer Gestão  
363sem acompanhamento, tanto quanto para o Controle Social. A Coordenação do Conselho pensa que nós  
364temos um compromisso, compromisso este que é com a Legislação do Sistema Único de Saúde. Este é o n  
365osso papel, nosso zelo, nosso exercício diário. Diante de tudo o que já aconteceu, encaminhamos pedido ao  
366Ministério da Saúde de uma Auditoria na Gestão da Saúde no Município de Porto Alegre. São dois anos e  
367não podemos ser coniventes com esta situação. Entregamos documentação ao Tribunal de Contas de  
368União, a Corregedoria Geral da União, ao Tribunal de Contas do Estado. Quem fiscaliza os recursos  
369públicos são estes órgãos. Entendemos que temos que avançar. Ontem, na reunião de Núcleo, confiamos  
370na palavra do JAMES e estamos aguardando com esperança de que vai haver um retorno. O que  
371encaminhamos então, pelas falas ouvidas, a questão de todo este instrumental do PLANEJASUS, com o  
372Relatório de Gestão e a Proposta de Fluxo, que seja entregue aos Conselheiros. Na semana que vem  
373participaremos de um evento com os novos Secretários Municipais de Saúde do Estado, onde estarão  
374presentes o Senhor LUIZ CARLOS BOLZAN, Diretor Nacional do DENASUS, e o ANDRÉ  
375BONIFÁCIO, onde entregaremos um documento com todo este histórico, nos posicionando a respeito.  
376Também que a Secretaria da Saúde entregue o Relatório de Gestão Anual referente a 2008 completo, ou  
377seja, o Financeiro e o de Atividades. Também propomos que os Relatórios de Gestão não sejam anuais.  
378Entendemos que a Legislação do SUS deve ser cumprida, sendo os relatórios apresentados  
379Trimestralmente, com as ações, as metas. Nossa proposta é de que apreciemos todos os Relatórios  
380entregues. O JAMES manifesta-se, entendendo que é muito cedo tomamos uma decisão hoje. Poucos têm  
381conhecimento desta Portaria. Portanto, volta a Coordenadora MARIA LETICIA, repetindo, como  
382**encaminhamento:** 1)vamos acolher os Relatórios que forem apresentados, incluindo os financeiros e  
383vamos nos posicionar, mas que, de antemão, este Plenário, estes conselheiros, entendem que deva ser  
384cumprida a legislação do SUS, sobre Relatório de Gestão, devendo os mesmos serem entregues de forma  
385Trimestral o Financeiro e o de Atividades. 2)E dentro deste processo fazemos a discussão da Portaria  
386sobre o PLANEJASUS. Portanto, os conselheiros que concordam com a proposta se manifestem. O  
387resultado foi de 24 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção Manifesta-se novamente a  
388Coordenadora MARIA LETICIA, dizendo que o HUMBERTO já manifestou-se sobre este assunto mas  
389o retomo, dizendo que hoje pela manhã entramos no site do Conselho Nacional de Saúde e lá está,  
390documento aprovado na 193ªreunião ordinária daquele Conselho, sobre a Agenda Política do Conselho  
391Nacional de Saúde para 2009, e donde destacamos as seguintes prioridades para este ano de 2009: 1)  
392**Uma campanha de mobilização nacional pela repolitização do Sistema Único de Saúde por meio da**  
393**implementação do Pacto em Defesa do SUS, objetivando que o mesmo seja reconhecido como**  
394**Patrimônio Social e Cultural da Humanidade pela UNESCO. 2) Implementação de uma Política de**  
395**GESTÃO DO TRABALHO, que elimine a precarização do trabalho em todas as suas formas e que**  
396**estabeleça a valorização do trabalho, tendo como elemento principal o Plano de Cargos, Carreiras e**  
397**Salários, de acordo com as Diretrizes Nacionais do PCCS/SUS, e que contemple a**  
398**profissionalização da Gestão e o estímulo à qualificação, dedicação exclusiva e à interiorização. 3)**  
399**Inversão do MODELO DE ATENÇÃO vigente, resgatando o sistema pautado na estruturação de**

400uma rede pública de proteção e promoção da saúde com equipes multiprofissionais, exercendo a  
401atenção primária em sua plenitude. 4) Ampliação e democratização do FINANCIAMENTO DO  
402SUS, através da regulamentação da Emenda Constitucional 29, vinculada à Contribuição Social da  
403Saúde(CSS). 5) Reversão da PRIVATIZAÇÃO do Sistema, estruturando e aperfeiçoando a rede  
404pública estatal, principalmente o fomento aos municípios e estados quanto às suas respectivas redes  
405próprias e cumprindo fielmente o dispositivo constitucional que estabelece o setor público como o  
406principal e o privado como efetivamente complementar. 6)Qualificação e fortalecimento do  
407CONTROLE SOCIAL e dos Conselhos de Saúde em todo o país, em parceria com os gestores e  
408demais organismos de controle e fiscalização. 7) Construção da INTERSETORIALIDADE, nas três  
409esferas de governo, com o envolvimento de todos os atores que tem relação direta com o conceito  
410ampliado, sanitário e formal da saúde. 8) realização de debate a respeito do COMPLEXO  
411PRODUTIVO DA SAÚDE, como elemento indissociável do Sistema Único de Saúde. 9) Implemento  
412e fortalecimento da HUMANIZAÇÃO como instrumento vital e fundamental para viabilizar e  
413fortalecer o SUS de acordo com seus princípios. Solicito que todos façam a gentileza de ler todo o  
414documento. Manifesta-se o conselheiro OSCAR PANIZ, informando sobre a conselheira SILVIA  
415GIUGLIANI. A PAULA GUNTZEL, que esta aqui, disse que a SILVIA foi para casa hoje, está muito  
416bem e até demonstrou vontade de comparecer no Conselho. Por fim fala a Coordenadora MARIA  
417LETICIA dizendo que ontem recebemos o Projeto Básico para a contratação de Assessoria Jurídica para o  
418Conselho Municipal de Saúde .Nós iremos encaminhar para alguns Escritórios de Advogados para que  
419nos forneçam suas propostas de custo e após irá para a licitação. O JAMES, conforme nossa reunião de  
420Núcleo, ficou com a responsabilidade de acelerar o andamento do mesmo junto ao Gabinete do  
421Secretário da Saúde e ao Secretário da Fazenda. Nada mais havendo a tratar é encerrada a Plenária as  
42221:17 horas, sendo lavrada a presente Ata.

423

424

425

426

427

MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA  
Coordenadora da Plenária

OSCAR RISSIERI PANIZ  
Secretário